

EXECUÇÃO FISCAL APLICADA

Análise pragmática do processo de execução fiscal

COORDENADOR

João Aurino de Melo Filho

AUTORES

Augusto Newton Chucri
Eduardo Rauber Gonçalves
João Aurino de Melo Filho
Leonardo Munareto Bajerski
Luiz Henrique Teixeira da Silva
Marcelo Polo
Marcos Paulo Sandri
Marilei Fortuna Godoi

8ª EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada

2020



1167316

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Isabella Giordano (giordano.bella@gmail.com)

C559e Chucri, Augusto Newton.

Execução Fiscal Aplicada: análise pragmática do processo de execução fiscal /
Coordenador João Aurino de Melo Filho, autores Augusto Newton Chucri et al. – 7. ed.
rev. ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2020.
1.184 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3261-3.

1. Execução Fiscal. I. Melo Filho, João Aurino de. II. Chucri, Augusto Newton. II. Título.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	39
--------------------------------------------	-----------

Capítulo I

FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO.....	41
------------------------------------------	-----------

Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO	41
------------------	----

1. TÍTULO EXECUTIVO QUE INSTRUI A EXECUÇÃO FISCAL	43
---------------------------------------------------------	----

1.1. Dívida ativa tributária	46
------------------------------------	----

1.2. Dívida ativa não tributária	47
----------------------------------------	----

2. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACERCA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E NÃO TRIBUTÁRIO A PARTIR DE SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	57
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

3. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA E O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.	87
----------------------------------------------------------------------	----

4. POSSIBILIDADE DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: ADEQUAÇÃO, UTILIDADE, EFICIÊNCIA E NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SANÇÃO POLÍTICA	104
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL.....	115
-----------------------------------------------	------------

Eduardo Rauber Gonçalves

INTRODUÇÃO	115
------------------	-----

1. DA NORMATIVIDADE ESPECÍFICA DA EXECUÇÃO FISCAL	116
---------------------------------------------------------	-----

2. COMPETÊNCIA MATERIAL – ENTE DA FEDERAÇÃO E A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA DELEGADA (ART. 109, § 3º, DA CF) – ADVENTO DA LEI Nº 13.043/2014	117
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL – DOMICÍLIO DO RÉU, RESIDÊNCIA OU LUGAR ONDE FOR ENCONTRADO O EXECUTADO (ART. 46, § 5º, DO CPC).....	121
3.1. Apensamento das execuções fiscais (art. 28 da Lei nº 6.830/80)..	129
4. QUESTÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL.....	130
4.1. Execuções de entes estaduais e municipais contra entes federais: competência da Justiça Federal	131
4.2. Execuções dos Conselhos Profissionais: competência da Justiça Federal.....	134
4.3. Execuções de multas trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho – EC nº 45/2004	135
4.4. Execuções de multas eleitorais: competência da Justiça Eleitoral .	138
4.5. Execuções de FGTS: competência da Justiça Federal.....	139
4.6. Juizados Especiais: incompetência para processar e julgar execuções fiscais.....	141
4.7. Incompetência dos “juízos universais” para processar os executivos fiscais (artigos 5º e 29 da Lei nº 6.830/80 e art. 187 do CTN)	142
4.8. Concurso de preferência entre credores públicos e deslocamento da competência	142
4.9. Ação ordinária ajuizada previamente na justiça federal e competência delegada – Conexão.....	144

Capítulo III

LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL: FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE E DEVEDOR OU RESPONSÁVEL EXECUTADO 147

João Aurino de Melo Filho e Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO	148
1. LEGITIMIDADE ATIVA	149
1.1. Execuções fiscais federais: atribuições funcionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal	150
1.2. Execuções fiscais de multas criminais.....	157

1.3. Execuções de multas impostas pelos Tribunais de Contas: desnecessidade de inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execução fiscal	159
1.4. Execuções de contribuições cobradas pelos Conselhos Profissionais e o caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	161
1.5. Execuções para cobrança de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	163
1.6. Execuções para cobrança de créditos do Simples Nacional	165
2. LEGITIMIDADE PASSIVA: DEVEDOR OU RESPONSÁVEL	166
2.1. Devedor	168
2.2. Responsável.....	169
2.3. Legitimidade decorrente da inclusão do devedor/responsável na Certidão de Dívida Ativa (presunção) e em razão de decisão judicial posterior à inscrição.....	171
2.4. Ausência de lastro jurídico, em razão da declaração de inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei nº 8.620/93, das Certidões de Dívida ativa que impuseram responsabilidade solidária aos sócios pelos débitos junto à Seguridade Social	175
2.5. Legitimidade independentemente da existência de personalidade jurídica.....	176
2.6. A responsabilidade do empresário individual (“firma individual”).	182
2.7. Responsabilidade do sócio e da pessoa jurídica pelas multas aplicadas a cada um deles em razão da distribuição de lucros e/ou bonificações por pessoas jurídicas devedoras da União	183
2.8. Incidência das normas que regulam a responsabilidade tributária nas execuções fiscais de dívidas não tributárias: hermenêutica do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 6.830/80	186
3. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL	188

Capítulo IV

PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS DOS ENTES PÚBLICOS E PRERROGATIVAS JUDICIAIS DOS SEUS PROCURADORES	191
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Luiz Henrique Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO	191
------------------	-----

1. DOS PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS	193
1.1. Da satisfação do crédito público mediante liquidação de bem alienado fiduciariamente – faceta do privilégio	200
1.2. Do privilégio do crédito público na falência	203
1.3. Dos demais privilégios atribuídos aos créditos públicos.....	209
1.4. Da forma processual para o exercício dos privilégios do crédito público fora da execução fiscal	213
1.4.1 Execução fiscal em face de pessoas jurídicas em processo de concordata ou de recuperação judicial	213
1.4.2 O privilégio fazendário oposto em processos de terceiros	218
2. DAS GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS.....	224
3. DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA NA EXECUÇÃO FISCAL	234
3.1. Dos encargos processuais devidos pela Fazenda Pública – custas, emolumentos, demais despesas e honorários de sucumbência .	234
3.2. Das intimações.....	237
3.3. Outras prerrogativas processuais	242

Capítulo V

DAS INDISPONIBILIDADES E RESTRIÇÕES PATRIMONIAIS PREPARATÓRIAS À PENHORA	245
---------------------------------------------------------------------------------------	------------

Luiz Henrique Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO	245
1. DO ARROLAMENTO FISCAL	246
2. DA AÇÃO CAUTELAR FISCAL.....	250
3. DO ARRESTO.....	255
4. DA AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA.....	257
5. DA INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS CONSTANTE NO ARTIGO 185-A DO CTN.....	260
6. DA AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA	263
7. DA UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL.....	265

Capítulo VI**CITAÇÃO DO RÉU NA EXECUÇÃO FISCAL 269***Marcos Paulo Sandri*

INTRODUÇÃO: PARTICULARIDADES DA CITAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL .	269
1. DESPACHO DO JUIZ – EFEITOS QUANTO À PRESCRIÇÃO	271
2. PESSOAS QUE PODEM SER CITADAS.....	277
2.1. Pessoas físicas	277
2.2. Pessoas jurídicas	278
2.3. Espólio, inventariante e administrador provisório.....	280
2.4. Sucessores.....	282
2.5. Massa Falida.....	282
3. MODALIDADES DE CITAÇÃO.....	282
3.1. Citação pelo correio por carta com aviso de recebimento.....	282
3.2. Citação por mandado	286
3.3. Citação por edital.....	287
3.4. Citação por hora certa.....	292

Capítulo VII**FORMALIDADES E PROCEDIMENTO NA APRESENTAÇÃO DE BENS PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL..... 295***João Aurino de Melo Filho*

INTRODUÇÃO	295
1. ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA E LIQUIDEZ COMO REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DE BENS OFERECIDOS À PENHORA	301
2. NOMEAÇÃO À PENHORA PELO EXECUTADO DE BEM LEGALMENTE IMPENHORÁVEL: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS.....	306
3. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA GRAVADO COM PRÉVIA HIPOTECA: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA	

E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS	310
4. FORMALIDADES NA NOMEAÇÃO À PENHORA DE BEM IMÓVEL...	313
5. INDICAÇÃO À PENHORA DE BEM DE TERCEIRO.....	314
6. DEPÓSITO JUDICIAL EM DINHEIRO COMO GARANTIA DA DÍVIDA	316
6.1. Depósito em dinheiro e prazo para oposição de embargos	316
6.2. Distinções entre depósito/pagamento e depósito/garantia	318
6.3. Procedimento normativo concreto para realização de depósito em dinheiro.....	319
7. REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA.....	324
7.1. Fiança bancária e depósito ou penhora de dinheiro: possibilidades limitadas de substituição e inaplicabilidade, às execuções fiscais, da norma do artigo 835, § 2 ^a , do CPC/2015 (que equiparou a fiança bancária ao depósito)	331
7.2. Fiança bancária e parcelamento do débito	336
8. SEGURO GARANTIA.....	337
9. OFERTA ANTECIPADA DE GARANTIA NAS EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA PGFN	341

Capítulo VIII

PENHORA DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL 343

Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO	343
1. EFEITOS DA PENHORA	344
2. BENS PENHORÁVEIS E IMPENHORÁVEIS.....	346
2.1. Bem de família	355
2.2. Demais hipóteses de impenhorabilidade contempladas em leis esparsas.....	359
3. ORDEM DE PREFERÊNCIA DA PENHORA.....	360
4. PROCEDIMENTO DA PENHORA.....	365
4.1. Lavratura do auto ou termo de penhora.....	365

4.2. Intimação da penhora.....	367
4.3. Avaliação dos bens penhorados.....	370
4.4. Registro da penhora.....	373
4.5. Remoção dos bens penhorados.....	379
4.6. Substituição da penhora.....	380
4.7. Reforço da penhora.....	384
4.8. Nomeação do depositário.....	385
4.9. Liberação da penhora.....	386
5. ESPÉCIES DE PENHORA.....	387
5.1. Penhora sobre dinheiro – penhora <i>on line</i>	387
5.2. Penhora sobre repasses de operadoras de cartões de crédito ...	397
5.3. Penhora sobre imóveis e veículos.....	399
5.4. Penhora no rosto dos autos.....	401
5.5. Penhora sobre o faturamento.....	401
5.6. Penhora de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção.....	404

Capítulo IX

FRAUDE À EXECUÇÃO 405

Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO.....	405
1. PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA APLICAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO.	411
1.1. Aos créditos tributários.....	411
1.2. Aos créditos não tributários.....	413
2. DISTINÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À FRAUDE CONTRA CREDORES.....	421
3. A FUNCIONALIDADE DO INSTITUTO SOB O ENFOQUE JURISPRU- DENCIAL.....	424
3.1. Análise da presunção legal e do ônus da prova perante o instituto ..	425
3.2. Súmula 375 do STJ: inaplicabilidade ao crédito tributário inscrito em dívida ativa.....	441

4. PROCEDIMENTO	445
5. CONCLUSÃO	450

Capítulo X

MODIFICAÇÕES NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL: CONSEQUÊNCIAS DA FALÊNCIA, DA MORTE, DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA E DA SUCESSÃO EMPRESARIAL NO PROCESSO EXECUTIVO.....	453
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

João Aurino de Melo Filho

INTRODUÇÃO	454
1. QUESTÕES PRELIMINARES	455
1.1. Procedimento a ser seguido para responsabilização de um terceiro durante a tramitação do processo de execução fiscal.....	455
1.1.1. Responsabilização por decisão judicial.....	455
1.1.2 Responsabilização por decisão administrativa, nos casos de ato ilícito, inclusive, durante a tramitação das execuções fiscais da União (Lei nº 13.606/2018)	465
1.1.3. Responsabilização independentemente de revisão de lançamento ou processo administrativo de apuração: não incidência da Súmula nº 392 do STJ nos casos de sucessão legal objetiva.....	475
1.2. Prescrição da pretensão contra terceiros nos casos de dívidas tributárias.....	481
2. FALECIMENTO DO RÉU DURANTE O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	483
2.1. Formalidades procedimentais para imputação de responsabilidade aos sucessores <i>causa mortis</i> na execução fiscal.....	484
2.1.1. Falecimento do executado depois do ajuizamento da execução.....	484
2.1.2. Falecimento do executado antes do ajuizamento da execução.....	485
2.1.3. Extinção da execução fiscal em razão do ajuizamento em face de devedor falecido e prescrição	487
2.1.4. Procedimento tópico para prosseguimento da execução	489

2.2. Imediato prosseguimento dos atos executórios, com penhora e expropriação de bens do <i>de cuius</i> , independentemente de procedimento de habilitação ou de penhora no rosto dos autos ...	492
2.3. Demarcação da responsabilidade dos sucessores.....	497
2.4. Inexistência de bens e prescrição intercorrente	498
2.5. Falecimento da pessoa física empresária (“firma individual”).....	499
3. EXECUÇÃO FISCAL EM FACE DE MASSA FALIDA	503
3.1. Restrições procedimentais impostas à execução fiscal em face de massa falida	505
3.2. Repercussões da decretação da falência nos privilégios e na própria exigibilidade do crédito fiscal (crédito principal, multa, juros e honorários/encargo legal)	512
3.3. Extinção do processo de falência e possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para responsabilização dos sócios.....	524
3.4. Prescrição ordinária e intercorrente na execução fiscal em face de massa falida	527
4. RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DOS SÓCIOS COM PODERES DE GERÊNCIA NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE .	530
4.1. Inaplicabilidade, nos casos de responsabilização por dissolução irregular, do incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC/2015	540
4.2. Possibilidade de o sócio ilidir a presunção de fraude decorrente da dissolução irregular, demonstrando não ter agido com culpa nem dolo e comprovando, ainda, que sua omissão não teve como resultado nenhum prejuízo à Fazenda Pública: atribuição ao executado do ônus da prova e responsabilidade pelos encargos da sucumbência mesmo quando vencedor em eventuais embargos	551
4.3. Atos que, embora denotem o interesse na dissolução social (de fato), não são aptos a suprir o procedimento formal de liquidação	554
4.3.1. Distrato simples e dissolução irregular.....	554
4.3.2. Mero pedido de falência sem desenvolvimento da relação processual por ausência de síndico/administrador judicial .	557
4.4. Localização do sócio responsável pelos débitos tributários nos casos de dissolução irregular: responsabilidade pessoal dos sócios da época da dissolução, não do fato gerador	558

4.5. Responsabilidade pessoal do sócio na execução fiscal de dívida não tributária	564
4.6. Prescrição do direito de redirecionar a execução fiscal tributária contra o sócio pessoalmente responsável nos casos de dissolução irregular	569
4.7. Responsabilização dos sócios por fatos impositivos ocorridos antes dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: interpretação do artigo 135 do CTN.....	578
4.8. Dispensa de apresentação de certidão de regularidade fiscal para registro de extinção (baixa) de pessoa jurídica e (im)possibilidade de responsabilização dos sócios: disciplina da Lei Complementar nº 147/2014	584
5. SUCESSÃO EMPRESARIAL: RESPONSABILIDADE DO SUCESSOR.....	596
5.1. Responsabilização pessoal dos sócios nos casos de sucessão empresarial clandestina.....	600
5.2. Diligências investigatórias, indícios e comprovação da sucessão empresarial clandestina.....	604
6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DAS PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM DE MODO CONJUNTO OU COORDENADO, ESTANDO REUNIDAS, OU NÃO, EM GRUPO ECONÔMICO	607

Capítulo XI

EXPROPRIAÇÃO DO BEM PENHORADO..... 627

Leonardo Munareto Bajerski

INTRODUÇÃO	627
1. ADJUDICAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS	628
2. ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.....	634
3. ARREMATAÇÃO. PROCEDIMENTO DA ARREMATAÇÃO	637
3.1. O auto de arrematação e a carta de arrematação.....	645
4. APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS DE EMPRESA OU DE ESTABELECIMENTOS E DE OUTROS BENS.....	647

Capítulo XII**SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 649***Marcelo Polo*

INTRODUÇÃO	649
1. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	652
1.1. O parcelamento e a moratória.....	657
1.1.1. A natureza jurídica e os requisitos	657
1.1.2. O parcelamento e a prescrição.....	660
1.1.3. O parcelamento do CPC.....	662
1.2. O depósito do montante integral do tributo em juízo.....	664
1.2.1. A operacionalização do depósito nas instituições bancárias.	667
1.2.2. O depósito como direito subjetivo do contribuinte: sobre o controle judicial do depósito	670
1.2.3. O depósito e a constituição do crédito tributário	674
1.2.4. O depósito e a denúncia espontânea.....	679
1.2.5. O levantamento do depósito ao final da ação.....	680
1.3. A concessão de tutela antecipada ou medida liminar em ações judiciais.....	683
1.3.1. A extensão da causa suspensiva.....	683
1.3.2. A constituição do crédito tributário	685
1.3.3. Os efeitos próprios da decisão judicial suspensiva da exigibilidade no âmbito federal: multa de ofício e multa de mora.....	687
1.3.4. A suspensão da exigibilidade do crédito ajuizado: construção de requisitos	689
1.3.4.1. A tutela de urgência	692
1.3.4.2. A tutela de evidência.....	695
2. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DE CAUSAS SUSPENSIVAS PROCESSUAIS	695
2.1. A suspensão em razão da condição das partes e da sua representação em juízo	696

2.2. A suspensão em razão da ilegitimidade do órgão julgador: as arguições de incompetência, impedimento e suspeição	698
2.3. A suspensão em razão de ajuste entre as partes: o negócio jurídico processual	701
2.4. A suspensão em razão da não localização do devedor e de bens penhoráveis.....	703
2.4.1. O prazo de suspensão: 1 ano	703
2.4.2. A operacionalidade da suspensão: diligências que competem ao Poder Judiciário e diligências que competem à Procuradoria Fazendária	708
2.5. A suspensão em razão da frustração dos meios de expropriação judicial do bem penhorado	712
2.6. A suspensão em razão de incidentes processuais, processos incidentais e processos autônomos com repercussão na execução fiscal	717
3. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DIANTE DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA CIVIL, LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	721
3.1. A suspensão na falência e na insolvência civil	721
3.2. A suspensão na liquidação extrajudicial	724
3.3. A suspensão na recuperação judicial.....	731
4. O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DO CRÉDITO EXEQUENDO.....	738
5. O PRAZO MÁXIMO DE SUSPENSÃO: AJUSTE ENTRE AS PARTES X PARCELAMENTO	744
6. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NÃO IMPEDE A ADOÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES.....	745

Capítulo XIII

EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 749

Marcelo Polo

INTRODUÇÃO	749
1. EXTINÇÃO PRÓPRIA.....	751

1.1. A satisfação voluntária.....	751
1.1.1. O pagamento.....	752
1.1.2. A transação.....	752
1.1.3. A consignação em pagamento.....	756
1.1.4. A dação em pagamento de bens imóveis.....	756
1.2. A satisfação involuntária.....	758
1.2.1. Por meio da entrega de dinheiro.....	758
1.2.2. Por meio da adjudicação.....	759
2. EXTINÇÃO IMPRÓPRIA.....	761
2.1. A decadência e a prescrição.....	762
2.1.1. A decadência e a prescrição ordinária.....	762
2.1.2. A prescrição intercorrente.....	766
2.1.2.1. Sobre a origem e a natureza do instituto.....	766
2.1.2.2. Sobre a constitucionalidade.....	771
2.1.2.3. Sobre a operacionalidade.....	775
2.1.2.4. A prescrição intercorrente para além da hipótese do art. 40, LEF.....	803
2.2. A compensação.....	809
2.2.1. A compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa.....	811
2.2.1.1. A compensação de precatórios.....	811
2.2.1.2. A compensação no âmbito federal: análise da compensação de débitos tributários parcelados.....	824
2.2.2. A compensação de créditos não tributários inscritos em dívida ativa.....	837
2.2.3. O meio de oposição da compensação: necessidade de mudança legislativa.....	837
2.3. A extinção pela remissão.....	838
2.4. A extinção do processo sem julgamento de mérito.....	838
2.4.1. O abandono de causa.....	838
2.4.2. A extinção pelo baixo valor do crédito exequendo.....	840

2.4.3. A extinção da execução fiscal diante do julgamento final do processo falimentar	842
3. A NATUREZA DA SENTENÇA EXTINTIVA DA EXECUÇÃO FISCAL E A COISA JULGADA	843
4. OS RECURSOS CABÍVEIS CONTRA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL	847
4.1. Apelação.....	847
4.2. Embargos infringentes.....	848
4.3. Agravo de instrumento.....	851
4.4. Remessa necessária.....	852
5. AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS A CARGO DA FAZENDA PÚBLICA EM CASO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	853

Capítulo XIV

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL 855

Augusto Newton Chucri

1. INTRODUÇÃO	855
2. NATUREZA JURÍDICA	856
3. CABIMENTO.....	858
4. A GARANTIA DO JUÍZO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	859
4.1. Possibilidade de admissão dos Embargos em caso de penhora insuficiente.....	860
5. TEMPESTIVIDADE DA OPOSIÇÃO	861
5.1. Marco inicial da contagem do prazo para embargar	862
5.2. Multiplicidade das Penhoras e o início do prazo para Embargos	863
5.3. Prazo para embargar nos casos de execução por carta.....	863
5.4. Reabertura do prazo para Embargos	864
5.5. Prazo para embargar nos casos de múltiplos devedores executados.....	865

5.6. O prazo para embargar nos casos de dispensa de apresentação de garantia	866
6. EFEITO SUSPENSIVO DOS EMBARGOS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC.....	867
6.1. Inexistência da regra na Lei de Execuções Fiscais.....	868
6.2. Tese da não aplicação do art. 919 do CPC em virtude da sistemática da LEF.....	869
7. A AMPLITUDE DA DISCUSSÃO EM SEDE DE EMBARGOS.....	873
7.1. A amplitude máxima dos Embargos	873
7.2. Delimitação do excesso de execução na apresentação dos embargos – art. 917, §§ 3º e 4º do CPC.....	874
7.3. Matérias vedadas em sede de Embargos.....	876
7.4. Não cabimento da Reconvenção e limitação do uso das Exceções .	879
8. A CONCESSÃO DE LIMINAR EM EMBARGOS	879
9. A POSSIBILIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO PREVISTA NO CPC	881
10.A CONDENAÇÃO DAS PARTES EM HONORÁRIOS.....	882
10.1.A Condenação da Fazenda Embargada.....	883
10.2.A Condenação do Embargante.....	884
11.AS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS. A OBRIGAÇÃO DO EMBARGANTE EM PRODUZIR PROVAS.....	885
12.A AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS E OS EFEITOS DA REVELIA.....	886
13.A SENTENÇA NOS EMBARGOS.....	887
13.1.Os efeitos do recurso de Apelação e o prosseguimento da execução fiscal.....	888
13.2.O cabimento dos Embargos Infringentes de Alçada contra sentença dos Embargos à Execução	890

Capítulo XV

AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA SIMPLES E CUMULADA COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO	893
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO	894
1. AÇÃO ANULATÓRIA, AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO: DISTINÇÕES	896
2. COMPETÊNCIA	899
2.1. Ação anulatória proposta em vara comum e criação posterior de vara especializada em execuções fiscais	904
2.2. Repercussões da competência delegada (e da sua extinção) na competência para julgamento e processamento da ação anulatória	907
3. AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL.....	912
4. PRESCRIÇÃO	917
5. DEPÓSITO PREPARATÓRIO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E/OU DA EXECUÇÃO FISCAL.....	920
6. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO	932
6.1. Execução de sentença na ação anulatória	933
6.2. Eventualidade, na ação anulatória do ato declarativo da dívida, da audiência de conciliação ou de mediação prevista no CPC/2015.....	938
7. HONORÁRIOS	940
7.1. Casos de dispensa e limitação de honorários nas condenações contra a Fazenda Pública	947
7.2. Possibilidade de fixação de honorários com base na equidade na vigência do CPC.....	960
8. “CAUTELAR DE CAUÇÃO” FISCAL E AÇÃO ANULATÓRIA COM APRESENTAÇÃO DE GARANTIA IDÔNEA: CAUÇÃO SATISFATIVA NO CPC/2015.....	961
9. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO (AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA CUMULADA COM PEDIDO CONDENATÓRIO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PARA SATISFAZER CRÉDITO PRETENSAMENTE ANULÁVEL).....	968
9.1. Amplitude do pedido de restituição (juros e atualização monetária)	970
9.2. Legitimidade na ação de restituição do indébito tributário	974

9.2.1. Legitimidade passiva	974
9.2.2. Legitimidade ativa	976
9.2.2.1. Análise da legitimidade do contribuinte de fato e do contribuinte de direito no pedido de restituição de indébito envolvendo tributos indiretos ...	978
9.2.2.2. (I) Legitimidade do responsável (substituto tributário) para pleitear a restituição de tributo suportado pelo contribuinte	982
9.3. Prescrição	986
9.3.1. Prescrição nos casos de lançamento por homologação....	990
9.3.2. Prescrição nos casos de apresentação prévia de requerimento administrativo ou de pagamento motivado por decisão judicial provisória	995
9.3.3. Prescrição nos casos de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	996
9.4. Execução do julgado	997
9.4.1. Ônus do autor de realização e apresentação do cálculo dos valores a restituir e inaplicabilidade à Fazenda Pública da conclusão proferida pelo STJ no Recurso Especial nº 1.387.248/SC	1001
9.4.2. Juros e atualização monetária no decorrer do procedimento constitucional para pagamento das condenações judiciais da Fazenda Pública (precatórios): amplitude da declaração de inconstitucionalidade da emenda à Constituição nº 62/2009	1004
9.4.3. Análise da decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 579.431/RS (que excluiu os juros entre a liquidação da decisão judicial e a expedição do precatório) e da proposta de superação da Súmula Vinculante nº 17	1012
10. AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS	1015
10.1. Representação processual na ação tributária antiexacional proposta por associação em defesa de direitos dos associados.....	1016
10.2. Execução do julgado nas ações coletivas.....	1020

10.3. Honorários sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: manutenção do entendimento plasmado na Súmula nº 345 do STJ	1021
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

Capítulo XVI

EMBARGOS DE TERCEIRO EM EXECUÇÃO FISCAL..... 1025

Eduardo Rauber Gonçalves

INTRODUÇÃO	1025
1. CONCEITO E NATUREZA.....	1026
2. COMPETÊNCIA	1028
2.1. Competência delegada (art. 109, § 3º, da CF)	1028
2.2. Embargos propostos por ente federal (art. 109, I, da CF)	1029
2.3. Juízo deprecante X juízo deprecado (art. 676, parágrafo único, do CPC).....	1030
3. LEGITIMIDADE ATIVA	1031
3.1. Legitimidade do Possuidor (art. 674, § 1º, do CPC).....	1033
3.1.1. Súmula nº 84/STJ e Instrução Normativa AGU nº 05/2007	1033
3.1.2. Legitimidade ativa do usucapiente	1035
3.2. Legitimidade do Cônjuge e do companheiro (art. 674, § 2º, I, do CPC)	1036
3.3. Legitimidade do Sócio Cotista	1042
3.4. Legitimidade do credor com garantia real (art. 674, § 2º, IV, do CPC)...	1044
4. LEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 677, § 4º, DO CPC)	1045
5. VALOR DA CAUSA	1045
6. PROCEDIMENTO	1047
6.1. Prazo para oposição dos embargos de terceiro (art. 675 do CPC)	1047
6.2. Efeitos da propositura e provimento liminar (artigo 678 do CPC)	1049
6.3. Prazo para impugnação (art. 679 do CPC).....	1050
6.4. Limitação do conteúdo da contestação	1051
6.5. Mérito dos embargos de terceiro	1053

6.6. Honorários advocatícios	1054
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM EXECUÇÃO FISCAL	1056
7.1. Assistência	1058

Capítulo XVII

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE..... 1063

Leonardo Munareto Bajerski

INTRODUÇÃO	1063
1. CONCEITO, HISTÓRICO E NATUREZA JURÍDICA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	1064
2. OBJETO (ALGUMAS HIPÓTESES DE CABIMENTO)	1067
3. PROCEDIMENTO	1070
4. CABIMENTO DE HONORÁRIOS: CONTRA E A FAVOR.....	1073

Capítulo XVIII

AÇÃO DECLARATÓRIA EM MATÉRIA FISCAL..... 1081

Augusto Newton Chucri

INTRODUÇÃO	1081
1. DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO DECLARATÓRIA PURA E AÇÃO DECLARATÓRIA MISTA	1082
2. CONCEITO	1084
3. A AÇÃO DECLARATÓRIA E O ART. 38 DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS	1084
4. O INTERESSE DE AGIR NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	1085
4.1. A Fazenda Pública pode propor ação declaratória em matéria tributária?.....	1085
4.2. O interesse de agir do contribuinte	1087
4.3. A demanda declaratória apresentada após a lesão do direito	1089
5. LEGITIMIDADE DAS PARTES	1093
5.1. Legitimidade ativa	1093

5.2. Legitimidade passiva.....	1096
6. LANÇAMENTO PARA PREVENIR DECADÊNCIA.....	1097
7. TUTELAS PROVISÓRIAS EM AÇÃO DECLARATÓRIA	1100
7.1. Informação falsa de suspensão de exigibilidade nas declarações dos tributos sujeitos ao autolancamento	1101
8. A SENTENÇA DECLARATÓRIA	1106
8.1. Declaração positiva e declaração negativa	1106
8.2. Eficácia da sentença.....	1106
8.3. Efeito dúplice da tutela declaratória	1107
8.4. Os efeitos da tutela declaratória no tempo. Análise da súmula 239 do STF	1108
8.5. A coisa julgada sobre relações continuativas e o parecer PGFN/CRJ nº 492/11	1110
9. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL	1118

Capítulo XIX

MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA FISCAL..... 1119

João Aurino de Melo Filho, Marcelo Polo e Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO	1119
1. ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA	1120
1.1. A eficácia mandamental	1120
1.2. Os “privilégios” da ação mandamental.....	1122
1.3. Cabimento	1123
1.4. O prazo de 120 dias para impetração.....	1128
1.5. Competência	1129
2. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL.....	1130
2.1. Legitimidade ativa.....	1130
2.2. Legitimidade passiva.....	1131
2.3. A participação da pessoa jurídica de Direito Público	1135
2.4. A liminar em mandado de segurança	1136

2.5. A suspensão da segurança	1142
2.6. O reconhecimento do direito à compensação	1145
2.7. A sentença em mandado de segurança.....	1147
3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1152
3.1. Assento constitucional e legal	1152
3.2. Legitimidade ativa	1155
3.3. Direitos protegidos pelo <i>writ</i> coletivo	1163
3.4. A coisa julgada no <i>writ</i> coletivo	1165
3.5. A execução individual do julgado coletivo.....	1176